ATA NÚMERO 30/XVI/1.ª SL

Aos quatro dias do mês de fevereiro de 2025, pelas 15:05 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audiência à Federação Sindical da Administração Pública (FESAP), para se pronunciar sobre a criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública – 15h00 – Confirmada

3. Audiência à equipa do projeto de investigação "Equidade Educativa através do PISA: Resultados e Discursos", para apresentação dos principais resultados do projeto – 15h45 – Confirmada

4. Audição dos peticionários da petição n.º 124/XVI/1.ª – Pela criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública e dotar as escolas dos trabalhadores efetivamente necessários à prossecução da sua função pública com qualidade e segurança – 16h30 – Confirmada

5. Aprovação das atas de reuniões anteriores

6. Comunicações da Presidente

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. <u>Projetos de Resolução – Especialidade</u>

A. Investigadores

- PJR 152/XVI/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da Carreira de Investigação Científica nos Laboratórios de Estado
- PJR 365/XVI/1.ª (PCP) - Integração dos trabalhadores dos Laboratórios do Estado na carreira de investigação científica
- PJR 371/XVI/1.ª (L) - Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos Laboratórios do Estado e da FCT
- PJR 375/XVI/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concursos para contratação para posições permanentes da carreira de investigação nos laboratórios do Estado
- PJR 151/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da Carreira de Investigação Científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., destinado aos técnicos superiores doutorados

B. Valorização dos docentes do ensino superior e investigadores

- PJR 323/XVI/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica
- PJR 326/XVI/1.ª (BE) - Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior
- PJR 327/XVI/1.ª (PAN) - Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior

ii. Projetos de lei – Generalidade

- Projeto de Lei n.º 470/XVI/1.ª (CH) – Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior
- Projeto de Lei n.º 477/XVI/1.ª (L) – Inclui nas competências da A3ES a avaliação das condições de acessibilidade na frequência de alunos com necessidades educativas específicas
- Projeto de Lei n.º 479/XVI/1.ª (L) – Cria o Estatuto do Estudante do Ensino Superior com necessidades educativas específicas

C. Projetos de Resolução – Generalidade

- Projeto de Resolução n.º 588/XVI/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto

6.2. Súmulas das audições do Grupo de Trabalho do RJIES nos dias 9, 14 e 15 de janeiro, das seguintes entidades:

- Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS)
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)
- Rede Portuguesa de Provedores do Estudante do Ensino Superior (RPE)

6.3. Audiência ao Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD)

7. Aprovação do texto final do Projeto de Lei n.º 337/XVI/1.ª (PAN) – Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior

8. Discussão e votação do relatório do Projeto de Lei n.º 401/XVI/1.ª (CH) – Pela redução progressiva da componente letiva do trabalho semanal dos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico

9. Discussão e votação do requerimento do CH para audição urgente do Diretor do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, Dr. Manuel João Belém Veva e da Associação de representantes dos pais e encarregados de educação, sobre a situação de violência ocorrida na Escola EB 2/3 Fragata do Tejo

10. Discussão e votação do relatório final da petição n.º 120/XVI/1.ª - Por uma inclusão efetiva nas escolas

11. Apreciação e votação da admissibilidade da petição n.º 137/XVI/1.ª – Policiamento nas escolas, creches e faculdades. Radar e sinais de trânsito próximos à passadeira de cada escola

12. Discussão e votação da proposta de alteração ao Regimento do Programa Parlamento dos Jovens respeitante às Sessões Distritais e Regionais do Programa «Parlamento dos Jovens»

13. Fixação da redação final das seguintes iniciativas

- PJR n.º 294/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo medidas de reforço no âmbito da ação social escolar no ensino superior
- PJR n.º 342/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda ao Governo a aprovação de medidas de combate ao abandono do Ensino Superior
- PJR n.º 343/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda ao Governo que elabore um estudo nacional sobre os custos de aquisição de material académico no Ensino Superior e que crie um suplemento que suporte estes custos

14. Outros Assuntos

14.1. Audição do MECI por requerimento do PCP

14.2. Parlamento dos Jovens | 30 anos - Proposta de instituição do Dia do Parlamento dos Jovens

15. Data da próxima reunião

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Presidente da Comissão, deu nota do pedido de adiamento do ponto 7 da Ordem do Dia apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP. Os grupos parlamentares assentiram.

Informou, também, que às 12h25 tinha sido enviada a proposta da DAPLEN de redação final do Projeto de Lei n.º 252/XVI/1.ª (L) – *Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade*, e questionou os grupos parlamentares se pretendiam incluir este ponto nesta Ordem do Dia ou agendar a apreciação para a reunião de 11/2. O Grupo Parlamentar do PSD não deu acordo à inclusão na ordem do dia, e assim será agendada para a reunião seguinte da Comissão.

A proposta de Ordem do Dia, com o adiamento do ponto 7 foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e da IL, encontrando-se ausentes os Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

2. Audiência à Federação Sindical da Administração Pública (FESAP), para se pronunciar sobre a criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública – 15h00 – Confirmada

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação da FESAP (identificadas na página da audiência), e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

José Abraão, Secretário-Geral da FESAP, referiu o seguinte, em síntese:

1. Desde 2009, a Administração Pública foi organizada em carreiras gerais e especiais, o que tem gerado desigualdades salariais e de valorização;
2. As carreiras gerais, especialmente na área da educação, são significativamente menos valorizadas e remuneradas que as carreiras especiais;
3. Atualmente existem três carreiras (assistente operacional, assistente técnico e o técnico superior, que se foi designando de pessoal especializado);
4. Os auxiliares de ação educativa passaram a designar-se de assistentes operacionais;

5. Existe uma clara vontade de que os profissionais das carreiras gerais sejam reclassificados e valorizados para equiparar a sua importância à daqueles que se encontram em carreiras especiais;
6. Além daqueles que se encontram na área da educação, também criticaram a situação dos administrativos e dos técnicos de segurança especializados, que também necessitam de revisão nas suas carreiras;
7. Há cerca de sete anos foi aprovada neste Parlamento uma resolução que apontava claramente no sentido da valorização destas carreiras.
8. Esteve agendada uma reunião com o Ministro da Educação, Ciência e Inovação, para tratar da mobilidade do pessoal não docente e foi desmarcada;
9. Existem diferentes carreiras criadas à luz daquilo da tabela nacional das profissões, porém na Administração Pública é tudo assistente operacional e no caso das escolas, a situação é ainda mais grave em virtude da transferência de competências para as escolas;
10. A FESAP fez um acordo com o Governo anterior, em 2022, no sentido de se criarem condições para valorizar as carreiras destes profissionais na educação, e no anterior Governo, foi criada a carreira dos técnicos auxiliares de saúde;
11. O acordo feito com o atual Governo, prolongou até 2028 as condições do acordo celebrado em 2022, há também o compromisso de avaliar os conteúdos funcionais a partir da formação e da qualificação dos futuros auxiliares de apoio e vigilância, ou do apoio educativo, com o objetivo de valorização destas carreiras já em 2026
12. Foi firmado um acordo com o Governo em 2022, estendido até 2028, que prevê a reavaliação dos conteúdos funcionais e a valorização salarial destes profissionais, com previsão de avanços até 2026;
13. Instou os deputados a apoiarem e a pressionarem o Governo para que se reconheça e dignifique a importância destes trabalhadores, essenciais para a função educativa e o apoio à comunidade escolar.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Ângela Almeida (PSD), Patrícia Caixinha (PS), Diva Ribeiro (CH) e Patrícia Gilvaz (IL), que fizeram perguntas e teceram considerações sobre a matéria.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, os representantes da FESAP mencionaram o seguinte, em síntese:

1. Enfatizaram que nas escolas existem trabalhadores, não colaboradores, sublinhando a importância de se valorizar estes trabalhadores;
2. Os técnicos superiores e os assistentes operacionais enfrentam situações de precariedade e de mobilidade problemáticas, refletindo a falta de reconhecimento e de dignificação profissional;
3. Defendem a criação de carreiras especiais, com requisitos de formação específicos, para diferenciar funções que exigem habilidades técnicas e conhecimento na área educativa;
4. A atual designação «assistentes operacionais» é vista como inadequada, pois agrupa funções muito distintas, desde tarefas de manutenção até cuidados e apoio direto aos alunos;
5. Os sindicatos, como a FESAP, afirmam estar dispostos a negociar com o Governo uma nova estrutura salarial e de carreira, ressaltando que a Assembleia da República não deve impor salários sem uma carreira definida;
6. Mencionaram novamente o acordo de 2022, que prevê reajustes progressivos e mecanismos como o acelerador de pontos, destinados a corrigir desigualdades, embora ainda haja atrasos na sua implementação;
7. Criticaram o uso político dos trabalhadores, que não devem ser mobilizados para greves pontuais ou lutas partidárias, mas sim protegidos e valorizados enquanto profissionais;
8. Ressaltaram que estes trabalhadores são o primeiro rosto das escolas, tendo um papel crucial no quotidiano e na segurança do ambiente escolar, e como tal precisam de formação adequada e contínua para lidar com os desafios atuais, como violência e diversidade cultural no ambiente escolar;
9. Consideram que o atual sistema de avaliação, usado como única forma de progressão, necessita de revisão, especialmente quanto à contagem de pontos acumulados ao longo da carreira;
10. Questões semelhantes afetam trabalhadores nas áreas da saúde, segurança social e autarquias, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada e coerente;
11. Instaram o Governo e a Assembleia da República a agirem rapidamente para dignificar, valorizar e reestruturar as carreiras dos trabalhadores, garantindo melhores condições salariais e profissionais para a educação e outros setores.

A gravação da reunião e a documentação complementar estão disponibilizadas na página da audiência, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

3. Audiência à equipa do projeto de investigação "Equidade Educativa através do PISA: Resultados e Discursos", para apresentação dos principais resultados do projeto – 15h45 – Confirmada

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação à equipa do projeto de investigação "Equidade Educativa através do PISA: Resultados e Discursos", (identificadas na página da audiência), e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Os representantes da equipa do projeto de investigação, projetaram uma apresentação (que se encontra publicada página da audiência) e referiram o seguinte, em síntese:

1. O estudo «Equidade Educativa através do PISA» analisou os dados e discursos sobre equidade na educação nos países participantes do PISA ao longo de 20 anos;
2. O projeto foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e decorreu entre janeiro de 2021 e dezembro de 2024;
3. O PISA não mede diretamente indicadores como taxa de escolarização, abandono escolar e acesso ao ensino, mas permite avaliar aspetos relevantes da equidade educativa;
4. O estudo focou-se em três indicadores principais: igualdade de oportunidades (influência do estatuto socioeconómico nos resultados), desigualdade de resultados (dispersão dos desempenhos) e segregação (concentração de alunos com características semelhantes nas escolas);
5. Os países da OCDE apresentam diferenças significativas nos níveis de equidade. No caso português, 16% da variabilidade dos resultados dos alunos é explicada pela sua condição socioeconómica;
6. A evolução dos indicadores de equidade tem sido mínima em Portugal e na maioria dos países participantes do PISA, verificando-se uma tendência de estagnação;
7. Portugal encontra-se próximo da média da OCDE em desigualdade de resultados, com ligeira vantagem em termos de menor dispersão, mas sem progressos significativos ao longo das duas décadas analisadas;
8. Estudos distintos sobre equidade baseados no PISA apresentam conclusões por vezes contraditórias, devido às diferenças metodológicas utilizadas;

9. O estudo incluiu entrevistas a especialistas nacionais (ex-ministros, políticos e académicos) para identificar políticas que impactaram a equidade educativa;
10. As opiniões dos especialistas variam, desde considerar o PISA relevante para chamar a atenção para desigualdades até posições mais neutras ou céticas sobre seu impacto na equidade;
11. O PISA não permite avaliar diretamente o impacto de políticas específicas, como as escolas TEIP (Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), sendo necessário recorrer a estudos específicos para avaliar cada política;
12. O PISA é útil para medir os níveis gerais de equidade, mas não para aferir o impacto diferencial de políticas educativas concretas.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Inês Barroso (PSD), Rosário Gambôa (PS), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Patrícia Gilvaz (IL), fizeram perguntas e teceram considerações sobre a matéria.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, os representantes da equipa do projeto de investigação mencionaram o seguinte, em síntese:

1. O PISA mede equidade, mas não impacto de políticas, ou seja, fornece um panorama da evolução da equidade educacional, mas não permite avaliar o impacto específico de políticas públicas;
2. O nível socioeconómico e a escolaridade dos pais, especialmente da mãe, estão consistentemente relacionados com os resultados dos alunos;
3. Para avaliar políticas específicas, são necessários estudos experimentais como *Randomized Controlled Trials* (RCTs), que permitiriam medir o impacto diferencial de programas educativos;
4. Políticas como o programa TEIP não podem ser avaliadas apenas com dados do PISA, pois seria necessário um desenho experimental controlado;
5. O PISA permite analisar a percentagem de alunos que não falam português como língua materna e o seu impacto nos resultados académicos;
6. O PISA não responde a todas as questões políticas, isto é, cientificamente, é difícil afirmar quais as medidas exatas que devem ser adotadas para melhorar a equidade, sendo necessária a produção de conhecimento mais direcionado;

7. Segundo a OCDE, uma maior equidade tende a contribuir para um melhor desempenho global dos países no PISA;
8. Há países onde o nível socioeconómico explica apenas 6% da variação dos resultados, enquanto em outros, como a Hungria, essa influência chega aos 23%;
9. O PISA fornece dados e recomendações, mas cabe aos países adotarem políticas concretas para melhorar a equidade;
10. As escolhas feitas no âmbito da ciência social têm implicações políticas, sendo importante reconhecer essa dimensão nas análises sobre equidade;
11. Para que um país continue a melhorar no PISA, mais alunos precisam atingir níveis elevados, o que implica maior equidade no sistema educativo;
12. Os países participantes do PISA, de modo geral, não apresentaram grandes avanços na equidade ao longo dos anos, apesar do acesso a mais informações sobre o tema.

A gravação da reunião e a documentação complementar estão disponibilizadas na página da audiência, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

4. Audição dos peticionários da petição n.º 124/XVI/1.ª – Pela criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública e dotar as escolas dos trabalhadores efetivamente necessários à prossecução da sua função pública com qualidade e segurança – 16h30 – Confirmada

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas à Delegação da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), representante dos peticionários (identificadas na página da audição), e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Os representantes da FNSTFPS, referiram o seguinte, em síntese:

1. Em 1999, foi criada uma carreira específica para os trabalhadores não docentes das escolas, mas depois foi eliminada no governo de José Sócrates, resultando na precarização destes trabalhadores;

2. A transferência da gestão dos trabalhadores não docentes para as autarquias levou à desresponsabilização do Ministério da Educação e a problemas operacionais nas escolas;
3. A regulamentação do número de funcionários não atende às necessidades reais das escolas, sendo baseada em critérios economicistas;
4. Os governos têm mantido as escolas a funcionar com vínculos precários, agravados após a a transferência de competências para os municípios;
5. Assistentes operacionais e técnicos enfrentam a desvalorização funcional e salarial das suas carreiras, bem como a falta de reconhecimento das suas funções;
6. Baixos salários e condições adversas fazem com que muitos profissionais usem as escolas como trampolim para outras carreiras na administração pública;
7. Os trabalhadores desempenham múltiplas funções, incluindo apoio a alunos com necessidades especiais e administração de medicamentos, sem o reconhecimento adequado;
8. A proposta do governo de criar suplementos salariais em vez de uma carreira especial é considerada ineficaz para garantir a estabilidade e qualidade no trabalho dos funcionários não docentes.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Ângela Almeida (PSD), Isabel Ferreira (PS), Maria José Aguiar (CH) e Paula Santos (PCP) que fizeram perguntas e teceram considerações sobre a matéria.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, os representantes da FNSTFPS mencionaram o seguinte, em síntese:

1. A transferência da gestão dos trabalhadores não docentes para as autarquias não melhorou a escola pública, gerando desigualdades entre municípios devido a diferenças financeiras;
2. O Ministério da Educação não disponibiliza as verbas necessárias, obrigando as escolas a procurar recursos próprios, como o arrendamento de espaços;
3. Defendem a criação de uma carreira especial para os trabalhadores não docentes, tal como ocorreu na saúde, com a criação da carreira de técnicos auxiliares da saúde, garantindo a sua valorização e estabilidade;

4. Assistentes operacionais e outros trabalhadores desempenham múltiplas funções essenciais, incluindo apoio a alunos com dificuldades, sem o reconhecimento adequado;
5. Os funcionários contratados pelas autarquias podem ser deslocados para outras funções fora das escolas, prejudicando o funcionamento escolar;
6. O Governo tem adiado as negociações sobre a criação da carreira especial, sem avanços concretos, apesar das reivindicações;
7. Todos os funcionários das escolas, incluindo os não docentes, devem ser reconhecidos como parte do processo educativo;
8. Apenas salários justos e funções bem definidas podem garantir a permanência dos trabalhadores na escola pública.

A gravação da reunião e a documentação complementar estão disponibilizadas na página da audição, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

5. Aprovação das atas de reuniões anteriores

As atas das reuniões da Comissão de 14, 22 e 29 de janeiro e a ata da reunião de Mesa e Coordenadores de 14 de janeiro foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS e do CH e PCP, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do BE, do L e do CDS-PP.

A aprovação da ata da reunião de Mesa e Coordenadores do dia 30/01 foi adiada para a reunião seguinte da Comissão.

6. Comunicações da Presidente

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

iii. Projetos de Resolução – Especialidade

A. Investigadores

- PJR 152/XVI/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da Carreira de Investigação Científica nos Laboratórios de Estado
- PJR 365/XVI/1.ª (PCP) - Integração dos trabalhadores dos Laboratórios do Estado na carreira de investigação científica
- PJR 371/XVI/1.ª (L) - Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos Laboratórios do Estado e da FCT
- PJR 375/XVI/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concursos para contratação para posições permanentes da carreira de investigação nos laboratórios do Estado

  - ✓ Baixaram para apreciação na especialidade em 18/10
  - ✓ Prazo para apreciação na especialidade, após prorrogação – 19-04-2025

- PJR 151/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da Carreira de Investigação Científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., destinado aos técnicos superiores doutorados

  - ✓ Baixou para apreciação na especialidade em 20/12
  - ✓ Prazo para apresentação de propostas de alteração pelos GP- 3/3 (fixado na reunião de 14/1)
  - ✓ Data discussão e votação na especialidade – 11/3 (fixado na reunião de 14/1)
  - ✓ Prazo para apreciação na especialidade – 19-03-2025

A Senhora Presidente solicitou se os grupos parlamentares proponentes apresentavam um texto conjunto para os vários PJR. O Grupo Parlamentar do PS sugeriu que fossem os serviços da Comissão a apresentar uma proposta, o Grupo Parlamentar do PCP também concordou e ficou consensualizada essa metodologia.

A Senhora Deputada Isabel Ferreira (PS) salientou ainda que o PJR n.º 371 (L) e o PJR n.º 151 (PS) versam sobre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P (FCT) e

sugeriu que seja elaborado um texto conjunto para os trabalhadores dos laboratórios de Estado e outro para os da FCT, não se tendo registado objeções.

A data para apresentação dos textos conjuntos ficou fixada para o dia 27 de fevereiro, o prazo para apresentação de propostas de alteração pelos grupos parlamentares 3 de março e a data discussão e votação na especialidade 11 de março. Mais se consensualizou desenvolver esforços para antecipar a data de conclusão deste processo.

B. Valorização dos docentes do ensino superior e investigadores

- PJR 323/XVI/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica
- PJR 326/XVI/1.ª (BE) - Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior
- PJR 327/XVI/1.ª (PAN) - Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior

  - ✓ Baixaram para apreciação na especialidade em 18/10
  - ✓ Prazo para apreciação na especialidade, após prorrogação – 19-04-2025

A Senhora Presidente solicitou se os grupos parlamentares proponentes apresentavam um texto conjunto para os vários PJR. O Grupo Parlamentar do PS sugeriu que fossem os serviços da Comissão a apresentar uma proposta e ficou consensualizada essa metodologia. A data para apresentação de um texto conjunto ficou fixada para o dia 12 de março, o prazo para apresentação de propostas de alteração pelos grupos parlamentares o dia 14 de março e a data de discussão e votação na especialidade o dia 19 de março.

C. Projetos de lei – Generalidade

- Projeto de Lei n.º 470/XVI/1.ª (CH) – Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior
- Projeto de Lei n.º 477/XVI/1.ª (L) – Inclui nas competências da A3ES a avaliação das condições de acessibilidade na frequência de alunos com necessidades educativas específicas
- Projeto de Lei n.º 479/XVI/1.ª (L) – Cria o Estatuto do Estudante do Ensino Superior com necessidades educativas específicas

  - ✓ Comunicação da baixa à Comissão: 30/01
  - ✓ **Arrastado para discussão conjunta com o Projeto de Lei n.º 328/XVI/1.ª (PS)** - Estabelece o regime jurídico dos estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior - **em 13/2**
  - ✓ Entendem que há tempo para elaboração de relatório para estas iniciativas, para apreciação na reunião da Comissão de 11/2 ou informa-se o PAR que não há tempo para a elaboração do mesmo?

Os Grupos Parlamentares consideraram não haver tempo útil para a elaboração de relatório e, assim, ficou acordado informar-se o PAR nesse sentido.

D. Projetos de Resolução – Generalidade

- Projeto de Resolução n.º 588/XVI/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto

  - ✓ Comunicação da baixa à Comissão: 23/01

O Grupo Parlamentar do PS informou que pretendia a sua discussão em Plenário.

6.2. Súmulas das audições do Grupo de Trabalho do RJIES nos dias 9, 14 e 15 de janeiro, das seguintes entidades:

- Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS)
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)
- Rede Portuguesa de Provedores do Estudante do Ensino Superior (RPE)

✓ Distribuídas a todos os Deputados

As súmulas foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e do PCP, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do BE, do L e do CDS-PP.

6.3. Audiência ao Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD)

✓ Na reunião de 14/01 foi deliberado agendar a audiência para 22/01
✓ Os representantes do Mecanismo não tiveram disponibilidade para 22/1 ou 4/2 e propõem o dia 11/2 (terça-feira)

Os grupos parlamentares concordaram em agendar esta audiência para o dia 11 de fevereiro.

7. Aprovação do texto final do Projeto de Lei n.º 337/XVI/1.ª (PAN) – Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior

Este ponto foi adiado.

8. Discussão e votação do relatório do Projeto de Lei n.º 401/XVI/1.ª (CH) – Pela redução progressiva da componente letiva do trabalho semanal dos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico

A Senhora Presidente deu nota que a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE), autora do relatório, havia informado que por sobreposição de reuniões não poderia estar presente neste ponto e, assim, dispensava a apresentação do mesmo.

Colocado à votação o relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e do PCP, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do BE, do L e do CDS-PP.

9. Discussão e votação do requerimento do CH para audição urgente do Diretor do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, Dr. Manuel João Belém Veva e da Associação de representantes dos pais e encarregados de educação, sobre a situação de violência ocorrida na Escola EB 2/3 Fragata do Tejo

A Senhora Deputada Rita Matias (CH) apresentou o requerimento do seu grupo parlamentar para uma audição com caracter de urgência ao Diretor do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, bem como à Associação de representantes dos pais e encarregados de educação, sobre a situação de violência ocorrida na Escola EB 2/3 Fragata do Tejo. Explicou que a situação de violência, foi infligida a uma criança neurodivergente, diagnosticada com perturbação do espectro do autismo. As imagens do incidente geraram grande indignação na sociedade, expondo a falta de preparação da escola para acolher estas crianças. Criticou a inação da escola, que só tomou medidas após pressão social, bem como o respaldo dado pelo encarregado de educação do agressor. Alertou para a recorrência destes episódios e defendeu a necessidade de responsabilização.

As Senhoras Deputadas Inês Barroso (PSD) e Rosário Gamboa (PS) intervieram para dizer que iriam acompanhar o requerimento, por considerarem importante esclarecer a situação e contribuir para minimizar a violência nas escolas, ressalvando que a gestão do caso compete ao agrupamento escolar e ao Ministério da Educação, não sendo uma atribuição direta da Assembleia da República.

Colocado à votação o requerimento foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS e do CH, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

10. Discussão e votação do relatório final da petição n.º 120/XVI/1.ª - Por uma inclusão efetiva nas escolas

A Senhora Deputada Inês Barroso (PSD) apresentou o relatório da petição n.º 120/XVI/1.ª subscrita por 9.195 cidadãos, que solicita a revisão do Decreto-Lei n.º 54/2018 e da Lei n.º 116/2019 para garantir uma inclusão efetiva nas escolas, que destaca falhas na implementação do decreto, apontadas por pais e estudos recentes. Assim, propôs o envio da petição ao Presidente da Assembleia da República para agendamento em plenário, bem como a sua comunicação às entidades competentes, incluindo o Ministro da Educação, Ciência e Inovação.

Colocado à votação o relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS e do CH, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

11. Apreciação e votação da admissibilidade da petição n.º 137/XVI/1.ª – Policiamento nas escolas, creches e faculdades. Radar e sinais de trânsito próximos à passadeira de cada escola

- ✓ Baixou à Comissão em 28/1/2025
- ✓ N.º de assinaturas: 365

A Comissão deliberou por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do PS e do CH, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP, admitir a petição e solicitar a pronúncia das entidades sugeridas na nota de admissibilidade.

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) foi indicada como relatora da petição.

12. Discussão e votação da proposta de alteração ao Regimento do Programa Parlamento dos Jovens respeitante às Sessões Distritais e Regionais do Programa «Parlamento dos Jovens»

A Comissão deliberou por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do PS e do CH, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP, aprovar a alteração ao Regimento do Programa Parlamento dos Jovens.

13. Fixação da redação final das seguintes iniciativas

- PJR n.º 294/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo medidas de reforço no âmbito da ação social escolar no ensino superior
- PJR n.º 342/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda ao Governo a aprovação de medidas de combate ao abandono do Ensino Superior
- PJR n.º 343/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda ao Governo que elabore um estudo nacional sobre os custos de aquisição de material académico no Ensino Superior e que crie um suplemento que suporte estes custos

A redação final foi fixada sem votos contra, com os votos a favor dos Deputados do PS e do CH e com a abstenção do PSD, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

14. Outros Assuntos

14.1. Audição do MECI por requerimento do PCP

- Estava agendada para 18/3 a audição do MECI por requerimento do PCP
- O PSD agendou agora Jornadas Parlamentares para 17 e 18 de março

A Senhora Presidente em substituição, Deputada Germana Rocha, questionou os grupos parlamentares se concordavam em pedir ao MECI o reagendamento da audição e se a mesma pudesse ser agendada para o dia 25/2, a seguir à audição regimental, como se fez em 10/7/2024, com uma grelha idêntica.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP), interveio neste ponto, concordando com a realização da audição por requerimento no dia 25/2, porém argumentou que a audição por requerimento devesse ter lugar antes da audição regimental. Os grupos parlamentares assentiram.

14.2. Parlamento dos Jovens | 30 anos - Proposta de instituição do Dia do Parlamento dos Jovens

- Proposta de instituir o dia 17 de fevereiro, dia da realização da primeira sessão do então denominado «Parlamento das Crianças e dos Jovens» em 1995, como o Dia do Parlamento dos Jovens, aprovando uma resolução nesse sentido;
- Os grupos parlamentares concordam e estão disponíveis para subscreverem um projeto de resolução para esse efeito?
- Pretendem adotar o texto remetido pela equipa do Parlamento dos Jovens ou querem fazer alguma alteração ao texto, a comunicar até 6/2?
- Após a adoção do texto e remessa do mesmo à Mesa do Plenário para numeração do PJR o mesmo baixará para discussão na Comissão.

A Senhora Presidente em substituição, Deputada Germana Rocha, questionou os grupos parlamentares se concordavam e estavam disponíveis para subscreverem um projeto de resolução para esse efeito, se pretendiam adotar o texto remetido pela equipa do Parlamento dos Jovens ou queriam fazer alguma alteração ao texto.

O Grupo Parlamentar do PS disse que não teve tempo para analisar a proposta e assim a Comissão não chegou a tomar uma posição sobre esta matéria.

15. Data da próxima reunião

- Reunião da Comissão: 11 de fevereiro – 15h00

  - ✓ Audiência ao Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD), para apresentação de cumprimentos, com o objetivo de reforçar o papel do Mecanismo, bem como de aproximar a sua missão ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação e Ciência – 15h00 – O Mecanismo tem disponibilidade

- Reunião da Comissão: 19 de fevereiro – 14h00

A reunião foi encerrada às 17:52 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de fevereiro de 2025

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Manuela Tender

Comissão de Educação e Ciência

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Gabriela Cabilhas (PSD)
Ângela Almeida (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Eduardo Pinheiro (PS)
Isabel Ferreira (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Diva Ribeiro (CH)
José Carvalho (CH)
Manuela Tender (CH)
Maria José Aguiar (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Joana Mortágua (BE)
Paula Santos (PCP)
Elza Pais (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Patrícia Caixinha (PS)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Rita Matias (CH)
Ana Bernardo (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eva Brás Pinho (PSD)
Sonia Dos Reis (PSD)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Miguel Matos (PS)
Palmira Maciel (PS)
Sofia Canha (PS)
Paulo Núncio (CDS-PP)